

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DO PROCESSO PÚBLICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo¹

Resumo

O estudo aborda a importância da segurança para o desenvolvimento da atividade turística no município de Inhambane (MI) em Moçambique. Em uma época em que a demanda turística está mais exigente e qualificada, e a concorrência entre os destinos está acentuada, entender e planejar o território mostra-se tarefa fundamental dos gestores públicos e privados. Por intermédio da pesquisa bibliográfica e documental, da aplicação de questionários e de entrevistas, da observação e da realização de um *workshop*, buscaram-se informações que suportaram o diagnóstico da segurança turística no MI. O MI não está alheio a problemas de segurança turística, visto que, o estudo confirmou que existem dificuldades no planejamento e gestão do turismo, no geral, e especificamente da segurança turística. Conclui-se que o MI é um destino que pode ver seus esforços de desenvolvimento turístico, fadados ao insucesso se, a curto e médio prazo, os intervenientes do turismo não incorporarem em suas ações de planejamento e gestão elementos concretos que contribuam para melhorar a qualidade da oferta turística. Conflitos políticos e militares, e a exposição do território a eventos extremos como o ciclone, associado à carência de recursos materiais e financeiros, evidenciam os riscos que podem “minar” o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Segurança; turismo; Inhambane.

DIAGNOSIS OF THE TOURIST SECURITY AT INHAMBANE MUNICIPALITY IN MOZAMBIQUE: AN ANALYSIS OF THE PUBLIC PROCESS OF PLANNING AND MANAGEMENT

Abstract

This study aimed to show the importance of safety for the development of tourism at Inhambane municipality (IM) in Mozambique. In a time that tourist demands are more exigent and qualified and the competition bigger between the tourist destinations, the activities of planning the territory through studies of touristic offer, are crucial, to public and private managers. Through bibliographic and documental review, the use of questionnaires and interviews, observation and a workshop realization, sought information's that supported the diagnosis of tourist Safety in Inhambane. The IM are not far from tourism security problems, because the study demonstrated that there are problems in the tourism

¹ Graduado em Turismo pela Universidade Eduardo Mondlane (2006), mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (2009) e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Actualmente é docente na categoria de assistente e Director-Adjunto para a Investigação e Extensão na Universidade Eduardo Mondlane, Escola Superior de Hotelaria e Turismo. Email: helsio.azevedo@hotmail.com

planning and management, in general, and specifically in the tourism safety. It is understood that the IM can see their efforts doomed to failure if in short and medium time, the stakeholders of tourism, not incorporate, into their planning and management tourism, specific actions that contribute to improving the quality of tourist offer. Political and military conflicts and the exposure of the territory to extreme events in the territories, as the cyclones, for example, associated with the lack of resources and weak preparedness of private and public managers are the main risks that could "undermine" the local development.

Keywords: Security; tourism; Inhambane.

Introdução

Com a expansão das tecnologias de informação e comunicação, nesta sociedade globalizada, as paisagens turísticas são, cada vez mais, divulgadas e desejadas por cidadãos de todas as partes do planeta. A exposição do território, para fins de turismo, nos canais de comunicação, requer esforços redobrados, dos intervenientes do setor para garantir que a imagem do lugar seja positiva. A promoção de uma imagem positiva do destino depende de diversos fatores que são abordados no processo de planejamento e gestão de territórios turísticos e no contexto da qualidade total. A segurança, nas suas múltiplas interpretações, é um dos fatores que é descrito como crucial para garantir a mobilidade de turistas, podendo, em contextos próprios, inibir ou estimular viagens.

Vários autores, que abordaram o planejamento turístico dos destinos (BENI, 2002; RUSCHMANN, 1997; PETROCCHI, 1998; BARRETO, 1995; BOULLÓN, 2002; HENRIQUES, 2003; entre outros atores), mencionam a segurança como elemento importante e decisivo da oferta turística, e relevante na escolha do lugar pelo turista. Estes, porém, não detalham especificidades, fato que limita a compreensão das implicações do mau funcionamento do elemento no sistema turístico. Isto é, os autores não contemplam, em suas reflexões, a compreensão dos impactos específicos da (in) segurança para determinado destino, bem como não fornecem suportes metodológicos para análise da segurança dos territórios turísticos. Tarlow (2012, p. 111) enfatiza esse aspecto ao abordar que “apesar de muitas disciplinas fazerem uma distinção clara no aspecto da segurança, cientistas e profissionais de turismo não o fazem”.

O fator segurança, ao contrário, por exemplo, do fator transporte, comunicação e preço, tem sido vagamente analisado no âmbito do planejamento

turístico. Ao se verificarem fraquezas na segurança de determinado destino turístico, regra geral, gera-se o medo, que pode alterar roteiros diários e, também, pode influenciar negativamente as viagens e, conseqüentemente, a atividade turística.

O presente *paper* apresenta o diagnóstico da segurança turística no município de Inhambane (MI). Este município apresenta diversidade de atrativos turísticos que motivam visitas de turistas nacionais e internacionais, o que obriga e exige maior atenção, por parte dos gestores públicos, a este aspecto - segurança - no processo de planejamento e gestão da oferta turística existente (AZEVEDO, 2014).

O estudo da segurança turística, aqui apresentado, priorizou a análise da segurança pública, que se relaciona com as condições de segurança (leis, infraestrutura rodoviária, policiamento, entre outras) criadas pela municipalidade para garantir o bem-estar dos residentes, visitantes e/ou turistas, bem como dos investidores do setor do turismo. A compreensão da situação do sistema de segurança mostra-se importante porque o mau funcionamento contribuirá para: a insatisfação do turista, a perda de qualidade do produto turístico, a queda da imagem do destino diante de seus concorrentes e, conseqüentemente, a redução da qualidade de vida dos que estão, direta ou indiretamente relacionados à atividade e/ou dela são dependentes.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, para obtenção dos resultados da pesquisa, foram desenvolvidas quatro etapas metodológicas: (1) Revisão bibliográfica e documental; (2) Trabalho do campo; (3) Processamento de dados e informações e (4) Análise e apresentação de resultados.

A pesquisa bibliográfica e documental teve como foco, essencialmente, a busca das informações relativas à segurança e turismo no MI. O levantamento de informações bibliográficas e documentais foi realizado em livros, revistas científicas, artigos, monografias, dissertações, teses, legislação, documentos institucionais. Referir que as informações bibliográficas e documentais estiveram essencialmente ligadas à construção do referencial teórico, assim como à elaboração de instrumentos que possibilitaram o desenvolvimento do trabalho de campo. Este trabalho consistiu na: (1) aplicação de entrevistas semiestruturadas, entre agosto de 2011 e março de 2014, com os gestores municipais e nacionais, (2) na observação da área de estudo e (3) na realização de um encontro/*workshop* para apresentação do projeto e coleta de dados sobre segurança turística. Este *workshop* reuniu os

agentes de turismo deste município para avaliar a situação da segurança nos locais de interesse turístico do MI e no trajeto até este. O processamento de dados e sua posterior análise consistiram na organização dos dados coletados na pesquisa bibliográfica e documental e no trabalho de campo por meio de resumos, tabelas, gráficos, mapas, fotos, dentre outros, relacionados aos aspectos em estudo.

A partir da comparação dos indicadores recomendados de segurança, no geral e, especificamente, turística com o constatado na área de estudo, foi possível enquadrar os resultados na matriz das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças como forma de permitir a visualização dos aspectos que mais atenção devem merecer intervenção para correção ou mitigação, no ambiente interno, e de monitoria no ambiente externo do município. Isto é, a partir dessa matriz, pode-se contribuir com informações reais e propostas de intervenção que podem ajudar os gestores municipais a prognosticar melhores cenários e a tomar melhores decisões para a implementação de planos de segurança que irão desdobrar-se em projetos e/ou programas locais de segurança turística.

A título de exemplo, vai-se considerar uma fraqueza, quando for identificado que os gestores municipais desconhecem que o MI, por se localizar na zona costeira, está sujeito a fenômenos naturais extremos, como os ciclones, *tsunamis* etc. que podem provocar danos humanos, materiais, financeiros, entre outros. A situação contrária de sua manifestação será considerada uma força. Por si só, a ocorrência desse tipo de eventos já constitui uma ameaça ao desenvolvimento da atividade. Portanto, a comparação dos dados obtidos em campo com os critérios que definem um destino turístico como seguro permitiu inserir ou não o indicador em análise como força, fraqueza, ameaça e/ou oportunidade.

Segurança na esfera pública do município de Inhambane

A segurança na esfera pública é entendida como o conjunto de ações, providas pela entidade governamental, que visam garantir a proteção das populações residentes, dos visitantes (excursionistas e turistas) e de seus bens, contra situações ou eventos que ponham em risco a estabilidade socioeconômica (GRUNEWALD, 2010). A definição apresentada ultrapassa as atribuições que compete à polícia desenvolver, apesar deste organismo ser um agente

preponderante no processo de gestão da segurança pública. Por conseguinte, a segurança na esfera pública desdobra-se em segurança política, segurança pública, segurança de saúde e saneamento, contra incêndios, proteção legal de turistas, proteção de consumidores, segurança nas atividades recreativas e eventos, segurança contra atos terroristas, segurança em comunicação, segurança nas vias e transportes, proteção de desastres e segurança ambiental.

A definição dos padrões de excelência, para segurança na esfera pública, é determinada por instrumentos diversos (convenções, leis, regulamentos, planos setoriais, entre outros) que garantem, a partir de indicadores previamente identificados e aprovados, o desenvolvimento nacional/local. Vale esclarecer que em Moçambique, no geral e em Inhambane, em particular, não existe uma legislação específica que regule a segurança turística. Dada à complexidade e transversalidade da definição, recorreu-se a diversos instrumentos normativos específicos existentes no país, no MI e/ou nos organismos/instituições internacionais que regulam/legislam sobre os diversos assuntos que perfazem a definição de segurança turística.

Segurança política

Moçambique, de acordo com a Constituição da República (2004, p. 2), “é um Estado independente, soberano, democrático e de justiça social [...] baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem”. Desde o ano de 1992, com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz (AGP), em 4 de outubro na cidade de Roma, Itália, o país deixou de pautar por uma orientação monopartidária, passando a admitir e reconhecer-se o direito de formação de outros partidos políticos. Este acordo marcou o fim de dezesseis anos de Guerra Civil perpetrado pelas Forças de Defesa de Moçambique (FADM) e o movimento armado Resistência Nacional de Moçambique (Renamo).

Cerca de vinte e três anos após assinatura do AGP, problemas políticos voltam a elevar o nome de Moçambique, na esfera regional/nacional/internacional, de forma negativa. Verifica-se tensão político-militar, principalmente, na região central do país. A tensão política é resultado de exigências da Renamo,

relacionadas com a paridade deste partido nos órgãos estatais, com a correta distribuição dos benefícios advindos da exploração dos recursos naturais do país e com a despartidização do Estado.

A crise político-militar está, desde outubro de 2013, tomando proporções alarmantes, atendendo que focos de guerrilha se fizeram sentir em três províncias, nomeadamente: Tete (Moatize), Nampula (Rapale) e Inhambane (Homoíne). Homoíne é um distrito que dista a cerca de 80 km do MI. O número de vítimas mortais, desde o início deste conflito, já ultrapassa uma centena e a quantidade de bens que se perderam são elevados. O cenário posto gera o medo de viajar e conseqüentemente mancha a imagem que o país estava construindo, nos últimos dez anos, através das ações estabelecidas, principalmente, no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo 2004-2013.

Ações com vista a acabar com a crise têm sido “infrutíferas”, pois a Renamo estabeleceu exigências que não estão sendo integralmente atendidas pelos representantes do Governo nas negociações que ocorreram por mais de dois anos, fato que obrigou o líder da oposição a cancelar o diálogo que se estava a estabelecer entre as partes e anunciou que irá governar nos locais onde obteve a maioria dos votos. Os fatos arrolados prejudicam a imagem de um país que estava elevando sua imagem de estabilidade, desde a criação do Ministério do Turismo no ano de 2000. O fim da tensão atual irá contribuir para promoção da imagem de um país seguro onde turistas e as populações locais podem transitar, principalmente por via rodoviária, sem perigos.

No MI, situações idênticas não se verificaram até ao momento, apesar da mídia nacional ter divulgado, sem evidências, que homens armados da Renamo, encontravam-se a reativar suas bases militares no distrito de Jangamo e Homoíne, que distam do MI a menos de 30 e 70 km, respectivamente.

Vale referir que mesmo não estando ocorrendo no território de Inhambane, a propagação dos problemas políticos-militares inibe também a chegada de turistas ao município. Este fato foi reforçado, no Workshop sobre Segurança Turística, pelo presidente da Associação de Turismo e Hotelaria da Província de Inhambane (ATHPI). Este declarou na abertura do evento que na “época alta do ano de 2013 mais de 50% das reservas de turistas, nas praias da província de Inhambane, foram

canceladas devido ao atual cenário de instabilidade que se verifica em Moçambique”.

O cenário descrito inibe o desenvolvimento do turismo e de todos outros setores que dependem, direta e indiretamente, da estabilidade para produzir e comercializar bens e serviços. Associa-se aos fatos apresentados, a crise de xenofobia que se vive na África do Sul. Esta situação ocasionou o retorno, com base na violência, de muitos moçambicanos que trabalhavam neste país. Temendo represálias, muitos sul-africanos, principais turistas internacionais/regionais que visitam Moçambique, reduziram sua vinda a passeio. Assim, verifica-se que eventos externos à realidade local, mas da conjuntura nacional, regional ou internacional, influenciam de forma negativa na imagem do destino Moçambique, no geral, e especificamente do MI.

Segurança pública, contra incêndio, proteção legal de turistas e contra terrorismo

A segurança pública, de acordo com Amaral (2003, p. 26), é entendida como “o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal, que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade, ou dos direitos de propriedade do cidadão”. O principal objetivo é o de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações de criminalidade e de violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno de cidadania nos limites da lei, isto é, a segurança pública limita os direitos individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei proíba, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a (AMARAL, 2003).

Em Moçambique, cabe à Polícia da República de Moçambique (PRM) a tarefa de garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 2004).

Na esfera municipal, segundo ZAVALE (2011), além da atuação da PRM, a Polícia Municipal da Cidade de Inhambane (PMCI) atua. Esta segunda força tem como função o estabelecimento da ordem, da segurança e da tranquilidade pública

aos munícipes, o respeito pelas normas do Estado de Direito no território municipal, a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos munícipes, e o monitoramento do cumprimento das regras do Código de Postura Municipal. Apesar das duas instituições parecerem similares, suas atribuições operacionais são diferentes, isto é, a PMCI não compete com a PRM, destinando-se, em geral, à segurança e à fiscalização de atividades socioeconômicas que sejam suscetíveis de causar perturbações na fruição dos espaços públicos e de impedir a normal mobilidade (ZAVALE, 2011). De forma resumida, a PMCI, exerce funções e possui competências que permitem libertar as forças de segurança (PRM) para o desempenho de suas atividades próprias.

Em termos de infraestrutura de segurança pública, neste município, existe um Quartel da PRM, duas delegacias (uma no bairro Balane 2 e outra no bairro Muelé) e dois postos policiais, localizados na Praia do Tofo e da Barra. A PMCI possui somente um Comando no bairro Balane 1. Importa referir que não existe uma delegacia, posto ou unidade de Polícia específico para o atendimento turístico neste município e que em caso de necessidade, os turistas, principalmente estrangeiros, recorrem às entidades diplomáticas localizadas na cidade Maputo para qualquer apoio que precisarem. Os operadores de turismo, igualmente, têm ajudado na proteção legal e no direcionamento dos visitantes em caso de ocorrência de assalto, furto, acidente etc.

Existe um total de seis empresas de segurança privada que asseguram, mediante pagamento destes serviços, a proteção das diversas instituições e pessoas; a PRM, igualmente, garante o controle destas empresas prestadoras de serviço de segurança, fazendo assessoria e o acompanhamento de suas atividades.

De acordo com dados fornecidos pela Comando Provincial da PRM (CPPRM, 2012), ao nível do MI, nos diferentes bairros, existem 14 conselhos comunitários de segurança, constituídos de 417 membros selecionados entre as pessoas idôneas aí residentes. Estes conselhos têm por missão discutir e traçar estratégias que visem estancar os problemas de segurança pública local.

Para a prevenção de acidentes em rodovias, a Polícia desenvolve, em quantidades não especificadas, a realização de ações de fiscalização rodoviária; educação dos condutores nas vias; palestras nos estabelecimentos de ensino, escolas de condução, nos mercados e nos locais de maior concentração de pessoas

(PRM, 2011). Os Serviços de Salvação Pública (SSP), que lidam com assuntos de incêndios, estão localizados na área urbana do município, bairro Balane 1, e o seu raio de ação é pequeno, atendendo que em casos de ocorrência de incêndios e afogamentos, por exemplo, na zona das praias, estes devem percorrer pouco mais de 25 km para conter o fogo (AZEVEDO, 2014).

No ano de 2013, de acordo com dados apresentados no Workshop sobre Segurança Turística no MI verificaram-se trinta e sete incêndios em lugares turísticos (Praia da Barra e Tofo), residências (Muelé 1, Liberdade e Balane 2) e na fábrica de óleos (Vida Óleo/Antiga Saboeira). Parte destes incêndios resultou em perdas totais de estabelecimentos turísticos. Para além do fator distância, existem somente duas viaturas para apoiar este trabalho, sendo que uma está destacada aos SSP e a outra pertence a Empresa Aeroportos de Moçambique e sua utilização, para fins públicos, requer autorização prévia da administração da empresa em Maputo, capital de Moçambique. Nas duas unidades policiais operativas, entre 2006 e 2010, segundo a PRM (2011, p. 1), os tipos de crimes tipificados foram: o furto em viaturas, os qualificados em residências e em estabelecimentos comerciais e turísticos. Estes crimes resultam da grande densidade populacional (Bairro Balane 2 e Muelé 1), maior atividade económica (Bairro J. Machel e Conguiana), com particular destaque para o turismo que suscita maior aglomeração de pessoas de segmentos sociais diversos e ainda pelo incremento de vendedores ambulantes e de meninos de rua (CPPRM, 2012).

O MI, por natureza, caracteriza-se pela tranquilidade e os indicadores oficiais demonstram baixos índices de ocorrência de criminalidade se comparado com outros destinos turísticos de Moçambique, como o município de Maputo, por exemplo. Maputo, num estudo publicado por Reisman e Lalá (2012), é citada como a mais violenta do país. Esta cidade é o principal ponto de entrada e saída de turistas em Moçambique.

Nas áreas de afluxo turístico do MI, principalmente do Bairro Balane 2 e das praias do Tofo, Tofinho e Barra, há a necessidade de se aplicarem medidas que visem à redução da criminalidade.

A PRM e a PMCI não possuem tecnologia de ponta para dinamizar as atividades policiais e permitir lidar com as novas tipologias de crimes que têm estado a surgir no país, como por exemplo, os crimes de computador, os sequestros, tráfico

de pessoas e órgãos humanos. Este fato é reforçado pelo INHAMBANE (2012), ao explicar que “os crimes informáticos são a preocupação do futuro, pois não existe na corporação local peritos no assunto que ajudem na solução dos casos provenientes desse tipo moderno de crime”.

Figura 01: Criminalidade no município de Inhambane (2006-2010).



Fonte: Azevedo, 2014.

Segundo Garotinho (2005), com a substituição das máquinas de escrever por computadores em rede, funcionando com programas desenvolvidos, especialmente, para a Polícia, será possível criar padrões para o preenchimento de documentos, como o boletim de ocorrência, e reduzir o tempo gasto com burocracia; igualmente, o uso das tecnologias permite a socialização das informações em tempo real, a padronização da linguagem para registros de ocorrências, a realização de pesquisas sobre a criminalidade e a comparação de dados sobre o crime e principalmente planejamento de ações contra criminalidade, a partir de programas de georeferenciamento que processam as estatísticas criminais de acordo com os

locais e horários de ocorrência, permitindo verificar, por exemplo, os locais de maior fluxo de roubos ou furtos.

Pode-se referir que o inglês, língua padrão no setor do turismo, segundo o CPPRM (2012), ainda é pouco conhecida pelos agentes da corporação, fato que dificulta a comunicação de determinada ocorrência e inibe a aproximação dos turistas, principalmente os não falantes do português, aos espaços de promoção de segurança. Parte considerável dos turistas que chega a este município são oriundos de países de expressão inglesa e/ou possuem domínio para se comunicar na referida língua (AZEVEDO, 2014).

Apesar de não se verificarem, no país, ações de terrorismo, é importante frisar, primeiro, que em países próximos como o Quênia há frequência de atentados terroristas e, depois, que no país não existe uma lei que regule este assunto. Apesar dessa lacuna, no ano de 2013, no âmbito da revisão da estrutura da PRM, foi introduzida uma unidade que se dedica a assuntos de terrorismo e sequestros, sem abrangência nacional.

Importa frisar que não se apresentam dados específicos sobre a relação da segurança pública com os turistas/visitantes porque os modelos existentes, na PRM, não preveem discriminação dos crimes, isto é, todos crimes são inseridos em uma única planilha que não diferencia os lesados, entre locais e estrangeiros visitantes. Este fato é salientado por Reisman e Lalá (2012, p. 7), ao explicarem que em Moçambique, a par do que acontece em muitos outros países, os dados de crime e violência são difíceis de se obter e:

[...] não são confiáveis devido a uma série de fatores, incluindo deficientes sistemas de registro, reduzidas taxas de reporte à polícia (devido à falta de confiança na polícia e no sistema de justiça criminal) e a inexistência de um sistema padronizado de recolha de dados.

A situação descrita limita uma compreensão realística sobre as tipologias de crimes ou infrações que afetam os visitantes e inibe que ações mais concretas de combate a esses crimes sejam desenvolvidas pelas estruturas legais de proteção local, dada a fraca capacidade de planificar ações de mitigação em base a indicadores reais.

Segurança de saúde

O Turismo, conforme se tem apresentando, ao longo do trabalho, é uma atividade que envolve o contato dos visitantes com os espaços turísticos e, por conseguinte, com os residentes desses espaços e outros visitantes, expondo-os a vários riscos que podem incidir na saúde. A título de exemplo, o turista que chega a determinado destino onde há ocorrência de uma epidemia de ebola, caso não tome medidas de prevenção, poderá se contaminar e afetar os objetivos primários da viagem.

A existência de infraestruturas de saúde, de recursos humanos qualificados, de meios circulantes e materiais e de campanhas de sensibilização e informação sobre os problemas de saúde contribuem para que os residentes e turistas se sintam mais confortáveis, pela consciência de saberem que poderão obter cuidados médicos, de qualidade e próximos ao local visitado, quando precisarem dos serviços.

Tiago (2014)², ao abordar a relação entre Turismo e Saúde, em palestra, explicou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) “*tem mapeado, pelo mundo, os riscos de saúde, no sentido de minimiza-los, para informar aos turistas sobre as doenças mais frequentes, mecanismos de prevenção e formas de tratamento*”. Na interação do turista com o meio visitado,

Vários fatores determinam o risco aos quais estes estão expostos, podendo estar relacionados aos seguintes elementos: qualidade dos meios de transportes e vias utilizadas, o ambiente político do destino, a época e duração da viagem, finalidade da viagem, padrões de alojamento, higiene dos alimentos, níveis de saneamento do meio e comportamento do viajante (TIAGO, 2014).

A observância dos fatores descritos por Tiago (2014), antes e durante a viagem, ajuda no planejamento e na seleção do destino turístico. No MI, os serviços de Saúde são geridos pela Direção Provincial de Saúde, através da Direção de Saúde da Cidade de Inhambane (DSCI). Em termos de infraestrutura, existe um total de 8 unidades sanitárias (U.S.) públicas. Existe um Hospital Provincial (HP) público

² Aula de abertura do ano letivo na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Moçambique. Título: Turismo, Formação e Saúde, proferida pelo Prof. Dr. Armindo Tiago no dia 07/04/2014.

de referência para toda a província (DSCI, 2013). O HP atende aos casos que não são passíveis de tratamento em todos os outros distritos e municípios da província, incluindo o de Inhambane. Esta unidade não é gerida pela DSCI e nem pelas autoridades municipais; possui um diretor que se subordina ao diretor provincial da saúde.

Para além destas unidades o município conta com um total de 7 grupos móveis de saúde, a saber: Mahila, Pebane, Macharre, Jogó, Manhandza, Siquiriva e Nhamua. Estas brigadas, uma vez por mês, oferecem serviços básicos de saúde às comunidades localizadas no meio rural. O raio de ação dos serviços de saúde, segundo o Plano de Estrutura Urbano (MOÇAMBIQUE, 2013), é de 2.5 km, fato que indica que estes serviços estão próximos da maioria da população, visto que, segundo a OMS, o raio aceitável não deve ser superior a 7 km. No período noturno, exceto o Centro de Saúde Urbano e o Hospital Provincial, as Unidades Sanitárias fecham e isso contribui para que o raio de abrangência dos serviços, de noite, seja menor. A maior parte da rede sanitária existente oferece serviços básicos de saúde, somente, durante o dia. Na área das praias não existem centros de saúde especializados aos riscos potenciais da atividade de mergulho, visto que, por exemplo, se um mergulhador for mordido por um tubarão, este deverá ser deslocado ao Centro de Saúde Urbano ou ao HP, que dista a cerca de 30 km, para obter os serviços de cirurgia³.

Em relação às farmácias, exceto as que se encontram nas unidades sanitárias públicas, existem, neste município e somente na área urbana, três farmácias que não funcionam em regime de 24 horas. Igualmente existe uma clínica privada que se localiza na área urbana, oferecendo os serviços de medicina geral. No que concerne à mão-de-obra qualificada para o setor da saúde, neste município, verifica-se que a quantidade de profissionais no setor é pequena, pois o número de habitantes para cada profissional de saúde é elevado. A título de exemplo, a OMS define que um médico está para mil habitantes e neste município verifica-se uma situação radicalmente defasadas do ideal. Concernente aos meios circulantes, o município conta com um total de 3 viaturas alocadas no Centro de Saúde Sede,

³ Tubarões, baleias, golfinhos, manta-raia, entre outras são espécies existentes neste município. Referir que os tubarões já fizeram vítimas, nos anos de 2004 e 2015, na baía de Inhambane, quando atacaram pescadores.

sendo um caminhão para o transporte de medicamentos e outros produtos, uma ambulância para serviços de urgência e uma camioneta para serviços administrativos e realização de visitas domiciliares em áreas mais carentes. Existem ainda quatro motorizadas das quais três em boas condições de operação e uma em mau estado, alocadas nos diversos setores do Centro de Saúde Sede (DSCI, 2013).

Para a realização de parte das atividades que visem a melhoria da saúde neste município, a DSCI coopera com duas ONG's. A CCS e a Phatfinder financiam as áreas de Serviço Materno Infantil, Programa Alargado de Vacinação, Programa Nacional de Controlo da Malária e na realização de visitas domiciliares. Em termos de doenças observadas, a malária, as diarreias e a pneumonia, entre 2012 e 2013, registraram crescimento considerável no município. A principal causa de internamento nos dois anos em análise é a malária, contudo a doença mais letal é o HIV/SIDA. Este fato pode estar associado à fraca aderência ao tratamento antirretroviral logo no início da doença, apesar de existirem campanhas que informam sobre os riscos da doença (DSCI, 2013).

Ainda segundo a mesma fonte, as causas mais comuns de atendimento nas consultas externas são a malária, hipertensão arterial, infecções respiratórias e ITS/HIV/SIDA. As principais causas de urgência médica, em crianças e adultos, são a malária, anemia, agressões físicas, asma, acidentes rodoviários e hipertensão arterial. Assim, a segurança de saúde, pelo exposto mostra-se como um vetor que precisa de aprimoramento para que os indicadores apresentados melhorem e desse modo, reduzam-se os riscos que turistas e nacionais, possam estar sujeitos pelas fraquezas neste sistema.

Segurança nos transportes

O sistema de transporte garante que os visitantes se desloquem aos territórios turísticos e transitem dentro destes. O turista, ao afastar-se de sua residência ou cidade, opta por usar um dos transportes disponíveis para ir ao local que pretende visitar. A qualidade das vias, da sinalização e dos meios garante uma viagem sem sobressaltos, isto é, sem acidentes. Os acidentes, ao longo da viagem e no destino, desmotivam os viajantes e conseqüentemente criam a insatisfação dos turistas que poderão divulgar uma imagem negativa aos outros potenciais viajantes.

O acesso ao MI se dá por meios aéreos, marítimos e terrestres, sendo que a via ferroviária se encontra desativada. O modal rodoviário é o mais usado. A maioria das estradas deste município foi construída no tempo colonial e são, na sua maioria, estreitas. Como resultado observa-se a degradação das mesmas. A circulação de pedestres, próximo às estradas, constitui um perigo para estes; esta situação é observada em quase todo município, excetuando na área mais urbanizada onde existem passeios para circulação.

As avenidas e ruas existentes na área mais urbanizada do município estão, de modo geral, em condições de trânsito, apresentando desníveis no asfalto que derivam dos métodos de manutenção utilizados. Verifica-se que a existência de sinalização rodoviária e a turística é quase inexistente, se observar-se o número de atrativos e a quantidade de sinais presentes para informar sobre estes locais. A sinalização é importante porque garante o fluxo de trânsito, permitindo que condutores e/ou pedestres locais e visitantes, primeiro, conheçam os procedimentos de circulação nos seus deslocamentos e identifiquem locais com atrativos turísticos.

A rede viária, principalmente a partir do povoado de Lindela no distrito de Jangamo, principal ponto de entrada para o MI, apresenta problemas de asfalto e sinalização rodoviária e turística. A ausência de asfalto de qualidade nas vias e a fraca sinalização são também observadas nas áreas turísticas localizadas no litoral, isto é, na praia do Tofo, Barra, Tofinho e Rocha. A título de exemplo, o acesso ao patrimônio cultural existente na praia do Tofinho, o Buraco dos Assassinos e o monumento da Escravatura, se dá por uma via que, em alguns pontos do trecho, requer o uso de carros com tração de quatro rodas. Entre o ano de 2008 e 2012, registraram-se 119 acidentes rodoviários que ocasionaram 37 mortos (CPPRM, 2012).

O transporte aéreo, igualmente, permite a chegada de turistas ao município. Por meio do aeródromo de Inhambane, que é gerido pela empresa Aeroportos de Moçambique, desembarcam viajantes oriundos de voos domésticos e internacionais. A pista possui condições para aterrissagem de aeronaves de pequeno e médio porte, não funcionando no período noturno devido à inexistência de iluminação. Próximo à pista existem habitações das populações que aí residem, fato que cria riscos nas aterrissagens e decolagens, dado que a vedação do aeródromo demonstra

inconsistência no impedimento de acesso das populações, permitindo circulação destes no interior do mesmo, conforme ilustra a figura 02.

Figura 02: Pista de aterragem do aeródromo de Inhambane



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2014.

Outro aspecto, observável na fotografia 1, é a existência de espaços de plantações de alimentos que atraem aves e outros tipos de animais, que podem embater com as aeronaves que aí aterram e decolam. Neste aeródromo existem os serviços de bombeiros bem equipados e um sistema de comunicação e localização que garante o contato entre a torre de controle e as aeronaves.

Existe uma única empresa aérea comercial nacional que trabalha nesta rota, a empresa Mextur, "braço" das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM). A LAM é uma empresa que está proibida de voar para o espaço aéreo europeu, desde 2011, pela inobservância de normas diversas, incluindo de segurança, dos organismos internacionais de aviação. Em 28 de Novembro ano de 2013, um avião desta companhia despenhou-se na Namíbia, quando realizava um voo entre Maputo e Luanda (Angola). Este acidente ocasionou a morte de 33 pessoas. O evento descrito, associado aos diversos incidentes sistemáticos que são reportados na mídia nacional e internacional, eleva negativamente o nome da companhia de

bandeira nacional que é a única empresa a fornecer serviços de transportes aéreos para este município provenientes de Maputo, Vilankulo e Johannesburgo na África do Sul. Pode-se salientar que, para além dos voos da Mextur, pessoas físicas e empresas chegam a este aeródromo com aeronaves próprias.

Nos transportes marítimos há a destacar, primeiro, que não existem embarcações públicas para realizar resgates em caso de acidentes, quer na baía de Inhambane, quer na zona das praias onde acontecem as atividades de mergulho, safári oceânico e pesca desportiva. A ponte cais, para embarque e desembarque de passageiros, na travessia entre Inhambane e Maxixe, apresenta-se degradada porque as tábuas de madeira colocadas por cima dos tabuleiros estão destruídas e os fixadores dos tabuleiros desprenderam-se, pondo em risco a integridade física dos passageiros.

As embarcações a motor, por sua vez, não apresentam extintores e as que apresentam possuem-nos fora do prazo de validade. Os coletes salva-vidas são exíguos para a quantidade de viajantes e a forma de acondicionamento nas embarcações não permite o pronto uso e nem existem sessões de explicação/educação sobre como usar no caso de necessidade. No período noturno e nos dias de mau tempo, parte das embarcações existentes, principalmente as de pequeno porte, na rota descrita, ficam limitadas de circular por não atenderem aos requisitos de segurança.

Nas atividades formais de mergulho, todas as embarcações existentes estão equipadas de meios de comunicação e salvamento, sendo que estas são fiscalizadas pela Administração Marítima.

Segurança nas atividades recreativas e eventos

Várias atividades englobam o leque de opções recreativas e eventos existentes no MI. Neste, existem espaços que atendem a essas práticas, nomeadamente, teatro, salas de concertos, praças e vias públicas, campos esportivos, boates, casas de culturas, espaços culturais, entre outros tipos. Para o sucesso e qualidade das atividades e eventos que aí se desenvolvem, requer-se a existência de medidas de prevenção aos riscos potenciais que advêm da fruição destes. O Decreto nº 23/2012, que regulamenta as atividades de espetáculos e

divertimentos em espaços públicos, a título de exemplo, define no seu artigo 16 que a garantia da segurança de pessoas e bens deve ser feita, nos espaços de acontecimentos, por agentes da PRM, do Serviço Nacional de Salvação Pública, do Serviço de Saúde ou de Pronto Socorro ou ainda, por entidades legais equiparadas as citadas quando comprovada a não existência destas no local de realização da atividade ou evento.

Apesar deste regulamento estar em vigor, regra geral o seu cumprimento é ignorado, visto que se observa, com regularidade, que os requisitos estabelecidos não são atendidos em grande parte dos eventos e nas atividades recreativas. A título de exemplo, em competições esportivas que acontecem anualmente, observa-se a ausência de unidades de saúde e um fraco aparato policial, isto é, o número de policias que se disponibiliza a esses espaços é baixo e não existem, por exemplo, ambulâncias para, em caso de tumultos nas bancadas ou na lesão grave de um atleta, possibilitar-se o encaminhamento para uma unidade de saúde. Igualmente, existem infraestruturas esportivas, como o campo do Clube Desportivo de Inhambane que não permite acesso de ambulância para remoção de torcedores ou jogadores, em caso de necessidade. Nas praias, por exemplo, excetuando a praia do Tofo, que em períodos de pico possui, não existem os serviços de salvação pública para os frequentadores desses espaços.

Na atividade de mergulho, igualmente, observa-se que o Decreto nº 44/2006, que regulamenta o mergulho amador, não é cumprido, pois verifica-se que nas escolas existentes não se atende a totalidade das exigências descritas no anexo A do regulamento, isto é, não existem médicos, na terra ou no mar prontos a atender eventualidades decorrentes do mergulho, como o afogamento. Salientar que nos locais, praia da Barra e do Tofo, onde se realizam as atividades de mergulho, não existem unidades de saúde que atendam a este tipo de acidentes ou similares.

Impactos ambientais e proteção de desastres

Em Moçambique a proteção contra desastres está a cargo do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). Esta instituição atua, com diversos parceiros, em atividades de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos como a seca, ciclones, cheias, subida do nível mar, temperaturas elevadas, entre

outras. Na esfera municipal, não existe uma unidade que se dedica a gestão de desastres, sendo que o INGC presta assessoria ao município quando eventos extremos acontecem. O INGC, igualmente, desenvolve ações de formação de comitês de gestão de calamidades, apesar de neste município, ainda não ter abrangido os bairros turísticos, como o de Josina Machel e Conguiana, onde se localizam a praia do Tofo e da Barra. Existe um total de 5 comitês, localizados nos Bairros de: Muele 1, Liberdade 3, Conguiana, Chalambe e Salela (INGC, 2012). A GIZ, uma ONG alemã, encontra-se a formar cerca de 30 comitês locais de gestão de riscos na província de Inhambane e parte destes comitês será implantada nos bairros do MI, como por exemplo, no bairro Josina Machel, onde se localiza a praia do Tofo.

Visando minimizar os impactos negativos e garantir que diversas atividades e interesses ocorram sem conflitos, foram desenvolvidos, em nível municipal e nacional, instrumentos (leis, regulamentos, códigos) que regulam e direcionam os usos sustentáveis deste tipo de espaços, se exemplifica o Plano de Estrutura Urbano do município aprovado no ano de 2013. Salienta-se que:

[...] no contexto do espaço público moçambicano, grande parte da política pública é elaborada em nível central, com efeito para todo o território nacional, havendo ainda um grande vazio na produção de políticas públicas de âmbito provincial, distrital ou municipal (FERNANDO, 2012, p. 129).

Destaca-se ainda que Moçambique adota uma divisão territorial diferente da brasileira, e quando há ausência de instrumentos locais/municipais/distritais, aplicam-se os nacionais existentes (AZEVEDO, 2014). Desde a década de 1990, existem instrumentos capazes de apoiar na redução de impactos ambientais em escala nacional e que em nível municipal houve progresso incipiente na elaboração de instrumentos que minimizassem os impactos ambientais (AZEVEDO et al., 2013).

Os poucos instrumentos existentes, na esfera municipal, não são levados em conta pelo poder público no âmbito da gestão ambiental, pois se verificam irregularidades, principalmente no âmbito do ordenamento territorial. Este fato é enaltecido por Fernando (2012, p. 136) ao abordar que, por exemplo, o Plano de Ordenamento denominado Avaliação Ambiental Estratégica e Macrozoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha), aprovado por resolução da Assembleia

Municipal de 30 de abril de 2003, “teve pouco efeito no terreno em termos de execução e organização dos vários usuários e as atividades efetivas de zoneamento, podendo se concluir que o Município tenha efetivamente ‘ignorado’ o Plano [...]” que visava a promoção harmoniosa e sustentável das praias do município.

Aponta-se a fraca divulgação por parte das entidades competentes, a falta de liderança por parte dos gestores municipais, a incipiente articulação dos organismos intervenientes neste plano, ausência de sistema de monitoria, a sobreposição de ações, as limitações orçamentárias, entre outros aspectos, como fatores que levaram ao insucesso do instrumento (FERNANDO, 2012).

A ausência de instrumentos específicos no município resultou no desenvolvimento improvisado e incoerente com o disposto nos instrumentos mencionados, isto é, o desenvolvimento do turismo ocorreu e continua a ocorrer sem planos que direcionem a sustentabilidade da atividade. Nesse contexto, Azevedo (2009) aponta que o crescimento da atividade turística não tem sido acompanhado por um planejamento correto por parte da entidade responsável, visto que, registram-se impactos ambientais negativos, tais como o despejo impróprio de resíduos sólidos, a erosão costeira acentuada, a destruição de ecossistemas na costa, a poluição visual, a falta de uma rede integrada de esgotos, a circulação de carros nas dunas e orla marítima, entre outros problemas que contribuem para a insegurança ambiental.

Matriz Síntese da análise das Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades da segurança turística no MI

Segundo Mintzeberg et al. (2000) a matriz *SWOT/FOFA* teve suas origens na década de 1960 com o grupo de Administração Geral da Escola de Negócios de Harvard; constituindo a base da Escola do *Design* que está centrada nos quatro elementos de *SWOT*, que são: a avaliação dos pontos Fortes/*Strengths* e Fracos/*Weaknesses* (a visão interna), e a análise das Oportunidades/*Opportunities* e

Ameaças/*Threats* (visão externa)⁴.

A matriz FOFA é uma ferramenta de gestão utilizada no processo de planejamento estratégico empresarial e que de igual modo é aplicada para o processo de planejamento estratégico territorial; esta deve ser usada para categorizar fatores significantes no ambiente interno e externo do território analisado (PICKTON; WRIGHT, 1998). Para Buarque (2002, p. 133), a matriz é:

[...] um método de organização de problemas e potencialidades e de ameaças e oportunidades que recorre a um diagrama que distribui tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores facilitadores e dificultadores internos e externos.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004) entende a matriz FOFA como uma ferramenta analítica que permite analisar as informações de um território e serve para examinar suas deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades com vista ao desenho de estratégias a serem desenvolvidas no território, no âmbito do planejamento estratégico. Tendo as definições de Buarque (2002) e OIT (2004), mostra-se pertinente a utilização da presente matriz neste estudo, pois a mesma ajuda na visualização do ambiente, interno e externo, de modo permitir que se tracem estratégias adequadas à realidade atual do MI.

A matriz divide-se em duas partes: o ambiente externo (oportunidades e ameaças) e o ambiente interno (forças e fraquezas). Segundo Mercer (1991) os elementos de forças e fraquezas, do ambiente interno, englobam recursos naturais e financeiros, força de trabalho, nível de educação da população, mercados e produtos para oportunidades de negócio, disponibilidade de tecnologia, entre outros elementos; os elementos de oportunidades e ameaças, do ambiente externo, incluem aspectos demográficos, economia, aspectos políticos e legais, fatores históricos e culturais, aspectos ambientais e fatores sociais.

O ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes e líderes do local, pois este é o resultado de estratégias de atuação definidas por eles mesmos. Quando se percebe um ponto forte deve-se ressaltar ainda mais e quando se percebe um ponto fraco, deve-se agir para controlá-lo ou, pelo menos, minimizar seu

⁴ No presente trabalho será usada a abreviatura da tradução em português; comumente conhecida nas diferentes bibliografias que abordam o assunto, como Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

efeito por meio da definição de procedimentos de ação (BUARQUE, 2002). A título de exemplo, considerar-se-á fraqueza quando houver falta de serviços de salvação pública em uma área de alta densidade de estabelecimentos turísticos, construídos a base de material local (bambu e estacas), dado que se conhecem os impactos dessa ausência, em casos de ocorrência de incêndios.

Os gestores turísticos municipais devem prover recursos humanos e meios materiais para que exista uma rápida resposta na possibilidade de ocorrência do fenômeno. A existência destes recursos em quantidade e qualidade para prevenir e combater o incêndio constitui-se como uma força. Por sua vez, o ambiente externo estará totalmente fora do controle das autoridades competentes. Isso não significa que não seja útil conhecê-lo; assim pretende-se mostrar que há grandes possibilidades de se controlar o ambiente externo por meio de um planejamento adequado. Apesar de ser de difícil controle, pode-se monitorá-lo e procurar-se aproveitar as oportunidades da maneira mais ágil e eficiente, de modo, a evitar as ameaças enquanto for possível. Um terremoto, por exemplo, é um fenômeno de difícil previsão e requer preparo de todos no caso de ocorrência, para que os danos materiais e perdas humanas sejam mínimos.

No presente artigo a matriz FOFA permitirá a identificação e listagem dos elementos reais de segurança que representam forças e fraquezas no ambiente interno do MI e que representam oportunidades e ameaças no ambiente externo do mesmo. O enquadramento geral dos elementos estudados na matriz permitirá a avaliação geral da segurança turística municipal, na perspectiva da gestão pública. Assim, o quadro 01 apresenta a matriz FOFA que elucida o cenário atual da segurança turística no MI, tendo em conta os elementos, internos e externos, anteriormente descritos e analisados.

Quadro 01: Análise FOFA da segurança turística do município de Inhambane.

FATORES INTERNOS						
ELEMENTOS	Qnt.	FORÇAS		Qnt.	FRAQUEZAS	
Segurança Pública	Fr. 01	Existe	corporação	policia	Frq. 01	Fraca abrangência dos serviços da polícia municipal.
	Fr. 02	Existe	infraestrutura	de	Frq. 02	Falta de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros, na corporação policial do

				município, para garantir a efetividade da ordem e segurança.
	Fr. 03	Existem conselhos comunitários de segurança	Frq. 03	Inexistência de uma unidade de polícia municipal que lida diretamente com turistas
	Fr. 04	Existem serviços de segurança privados	Frq. 04	Ocorrência de acidentes rodoviários
	Fr. 05	Acontecem ações de fiscalização rodoviária.	Frq. 05	Abuso de poder e corrupção das autoridades de segurança
	Fr. 06	Acontece educação dos condutores nas vias e por meio de palestras nos estabelecimentos de ensino, escolas de condução, nos mercados e nos locais de maior concentração de pessoas.	Frq. 06	Falta de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros, na corporação de salvação pública.
	Fr. 07	Existência dos Serviços de Salvação Pública	Frq. 07	Fraca abrangência dos Serviços de Salvação Pública
	-	-	Frq. 08	Inexistência de sistemas tecnológicos de análise e informação sobre o crime
	-	-	Frq. 09	Fraca compreensão, dos elementos da corporação, sobre outros idiomas.
	-	-	Frq. 10	Baixos índices de criminalidade
	-	-	Frq. 11	Inexistência de instituições que protejam os direitos dos consumidores.
Segurança de saúde	Fr. 08	Existência de unidades sanitárias.	Frq. 12	Insuficiência de unidades sanitárias nos locais de afluxos de turistas
	Fr. 09	Existência de profissionais de saúde em vários níveis de formação;	Frq. 13	Insuficiência de profissionais de saúde;
	Fr. 10	Articulações, com ONGs para melhoria dos serviços de saúde;	Frq. 14	Insuficiência de meios circulantes para o cumprimento das atividades da Saúde;
	Fr. 11	Existência de brigadas móveis de saúde	Frq. 15	Falta de incineradoras nas unidades sanitárias;
	Fr. 12	Existência de farmácias	Frq. 16	Falta de aterros sanitários nas unidades sanitárias;
	Fr. 13	Existência de clínica de saúde privada	Frq. 17	Sistema de coleta de lixo hospitalar deficiente;
	-	-	Frq. 18	Falta de aderência das brigadas móveis em algumas comunidades;

	-	-	Frq. 19	Não cumprimento do calendário das brigadas móveis.
	-	-	Frq. 20	Inexistência de unidades de saúde que trabalhem 24h na área das praias.
	-	-	Frq. 21	Falta de aderência das brigadas móveis em algumas comunidades;
	-	-	Frq. 22	Inexistência de farmácia que funcionem 24h.
	-	-	Frq. 23	Inexistência de unidades de saúde especializadas em tratamento de afogamento nas atividades de mergulho
Segurança nos transportes	Fr. 14	Existência de meios de acesso diversificados	Frq. 24	Estradas antigas, estreitas, esburacadas e com asfalto irregular.
	-	-	Frq. 25	Inexistência de passeios e faixas de peões na área das praias.
	-	-	Frq. 26	Limitada sinalização rodoviária e turística no município
	-	-	Frq. 27	Proximidade de assentamentos humanos a pista do aeródromo
	-	-	Frq. 28	Capacidade reduzida de transportes no período noturno
Segurança nas atividades recreativas e eventos	Fr. 15	Existência de legislação nacional que regula a segurança nas atividades recreativas e eventos	Frq. 29	Fraco cumprimento dos dispositivos previstos na legislação nacional que regula a segurança nas atividades recreativas e eventos
	-	-	Frq. 30	Existência de infraestruturas recreativas que não possuem condições de acesso para ambulâncias e carros de bombeiros.
	-	-	Frq. 31	Inexistência de serviços de salvação pública nas praias do município ao longo do ano
Impactos ambientais e proteção de desastres	Fr. 16	Existência de legislação municipal e instrumentos de desenvolvimento que suportam a minimização dos impactos ambientais e proteção contra desastres.	Frq. 32	Inexistência de unidades municipais de gestão de calamidades

	Fr. 17	Existência de comitês de gestão de calamidades	Frq. 33	Inaplicabilidade dos instrumentos legais municipais e instrumentos de desenvolvimento que suportam a minimização dos impactos ambientais e proteção contra desastres.
	-	-	Frq. 34	Construção de assentamentos humanos e turísticos em áreas de riscos de desastres.
	-	-	Frq. 35	Inexistência de áreas de conservação municipal
	-	-	Frq. 36	Destruição de mangue
FATORES EXTERNOS				
ELEMENTOS	Qnt.	OPORTUNIDADES	Qnt.	AMEAÇAS
Segurança Política	-	-	Am. 01	Instabilidade político-militar na região central do país, inibindo a livre circulação rodoviária.
	-	-	Am. 02	Tensão política nos países vizinhos, como no Zimbábue e Malawi por exemplo.
Segurança Pública	Op. 01	Existe corporação policial nacional.	Am. 03	O município encontra-se próximo a distritos e outros municípios (Massinga, por exemplo) que registram índices de criminalidade elevados.
	-	-	Am. 04	Corrupção na corporação, principalmente, na polícia de trânsito.
	-	-	Am. 05	Novas tipologias de crime associadas a comunicação e tecnologias.
	-	-	Am. 06	Pirataria marítima
	-	-	Am. 07	Terrorismo no Quênia
Segurança de saúde	Op. 02	Existência de um Hospital Provincial	Am. 08	Índices altos de epidemias no país e na região;
	Op. 03	Existência de instituições internacionais que apoiam o setor.	Am. 09	-
Segurança nos transportes	Op. 04	Integração do município na rede nacional e internacional de transportes	Am. 10	Via de acesso ao município com problemas de asfalto, sinalização e erosão nas bermas.
	Op. 05	Existência de instituições nacionais de fiscalização rodoviária e marítima	Am. 11	Aeródromo com instalações antigas e sem iluminação na pista
	-	-	Am. 12	Acidente e incidentes aéreos da única empresa

				que faz voos domésticos para este destino
	-	-	Am. 13	Ponte cais degradada
	-	-	Am. 14	Meios deficitários de combate a incêndio e salvamento marítimo
Segurança nas atividades recreativas e eventos	Op. 06	Existência de unidades de saúde, salvação públicas e de policiamento.	-	-
Impactos ambientais e proteção de desastres	Op. 07	Existência de legislação nacional que suporta a minimização dos impactos ambientais e proteção contra desastres.	-	-
	Op. 08	Existência de unidades nacionais de gestão de calamidades	-	-

Fonte: AZEVEDO, Helsius, 2014.

Legenda: Qnt.- Quantidade; Fr.- Força; Frq. – Fraqueza; Op. – Oportunidades; Am. – Ameaças.

Dentre os elementos apresentados no quadro 01, pode-se observar que no ambiente interno, existem mais elementos de fraqueza que de força e no ambiente externo existem mais elementos de ameaças do que de oportunidades. Este cenário identificado requer, da parte dos intervenientes do setor de turismo, diretos e indiretos, maior preocupação com a qualidade da oferta turística. Esforços devem ser desenvolvidos para que as fraquezas e ameaças sejam mitigadas ou reduzidas e para que as forças e oportunidades sejam maximizadas.

O posicionamento negativo verificado não contribuirá para o desenvolvimento local, fato que não provocará dinâmicas locais sem que aconteça uma intervenção mais afincada do poder público, na esfera municipal, apoiada pelos órgãos de poder nacional e internacional. Importa aclarar que o processo de aplicação da matriz deverá ser cíclico, pois o ambiente do turismo está sempre em processo de mudanças, fato que requer análises constantes do território.

Considerações finais

Atualmente, na era da sociedade capitalista globalizada, a segurança e o turismo são campos de conhecimento que devem merecer atenção de quem gere um território, pois o fator segurança é tido como um importante elemento no

processo de desenvolvimento local. A segurança apoia ou prejudica a atividade turística, isto é, atua, em determinadas vezes, como fator facilitador e, em outras, como repulsor. Ignorar a sua incorporação como elemento central no processo de planejamento territorial e turístico é “minar” o desenvolvimento deste e demais setores produtivos.

Conforme abordado, ao longo do trabalho, a esfera pública local deve trabalhar em parceria, com os demais intervenientes, para valorizar a paisagem turística que, geralmente, constitui o mosaico de recursos turísticos que motivam a chegada de visitantes no lugar turístico. Uma imagem negativa irá influenciar diretamente na chegada de turistas e vice-versa, daí que a venda da imagem do destino deve ser feita sem que se criem falsos valores que não são correspondentes à verdade.

Em Inhambane, o turismo é, sem dúvida, um setor importante para o desenvolvimento socioeconômico. O potencial turístico existente é diversificado e disperso, o que possibilita investimentos de nacionais e estrangeiros. O processo de crescimento do país foi marcado por momentos que inibiram o desenvolvimento do setor, visto que, as guerras transformaram as paisagens turísticas em paisagens do medo. Esses eventos, associados aos eventos climáticos extremos, ocasionaram o ofuscamento da imagem do país em nível internacional e a destruição de importantes infraestruturas de suporte ao setor, como as rodovias, por exemplo, inibindo a circulação.

O MI, pelos resultados da análise dos elementos de segurança pública, a partir da matriz FOFA, apresentou uma condição negativa, visto que, verificou-se que existem mais elementos de fraqueza e ameaça do que de oportunidades e forças. Numa perspectiva de concorrência, essas condições atuais são prejudiciais para manter uma cota de visitantes que garantam dinâmicas positivas, podendo inibir retornos de visitantes e limitar o interesse de visitantes potenciais. Pode-se dizer que a imagem dos territórios turísticos alimenta os fluxos e os destitui. A segurança compõe a produção dessa imagem, podendo acarretar mudanças das rotas turísticas. Não basta que um território apresente potencialidades paisagísticas ou de outra natureza, sem levar em consideração os atrativos imagéticos, ou a segurança como uma face do conforto e da motivação para o exercício de busca do turista.

Assim, em função do que foi descrito ao longo do trabalho, entende-se que a segurança turística no MI, no processo de se pensar e gerir a atividade, é pouco aplicada pelos seus diversos agentes, principalmente o governo local. A situação descrita, a curto e médio prazo, pode fazer com que todo trabalho, realizado para revitalização da imagem, para organização do lugar e para valorização das paisagens do MI, seja infrutífero. O conflito político-militar, a fraca qualidade das infraestruturas e serviços, agregados ao custo da viagem, isto é, a atual situação identificada nos diversos elementos analisados sobre segurança poderá fazer com que o número de chegadas de turistas, numa perspectiva de médio e longo prazo, seja decrescente. Essa tendência ocasionará impactos negativos, sociais e econômicos, que vão limitar o desenvolvimento que se estava a verificar nos últimos 10 anos. O futuro do setor do turismo neste município será próspero se os erros do passado não prevalecerem e se os desafios identificados forem tomados como preocupação e transformados em ações concretas que visem garantir um setor sustentável, seguro e resiliente face às incertezas do futuro, no contexto global a qual se insere o turismo.

Referências

AMARAL, Luiz O. de O. **Direito e segurança pública: a juridicidade operacional da polícia**. Brasília: Consulex, 2003.

AZEVEDO, Helsio A. M. A. **A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

AZEVEDO, Helsio A. M. de A. **Modelo de diagnóstico ambiental para elaboração do plano ambiental do município de Inhambane em Moçambique**. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

AZEVEDO, Helsio; FREI, Vanito; MARQUES, Carol. Impactos e riscos ambientais da atividade turística: a praia da barra no município de Inhambane/Moçambique. **Espaço em Revista**, Vol. 15, n. 2, pp. 1-27, dezembro. 2013.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 10^a ed., Campinas: Papyrus, 1995.

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. 7. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FERNANDO, Mamerto. Política pública e meio ambiente; uma análise da política pública e sustentabilidade socioambiental no município de Inhambane em Moçambique. **Caos**, n. 21, pp. 127-148, novembro. 2012.

GAROTINHO, Anthony. **Delegacia legal: tecnologia a serviço da polícia**. Rio de Janeiro: Fundação Ulysses Guimarães, 2005.

GRUNEWALD, Luis. La seguridad en la actividad turística. In: GRUNEWALD, Luis (Compilador). **Município, Turismo & Seguridad**. Buenos Aires: M&C Marketing & Comunicació, 2010, p. 19-34.

HENRIQUES, Cláudia. **Turismo, cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável**. Lisboa: Edições Sílado, Lda, 2003.

INHAMBANE, Governo da Província de. Comando da Polícia da República de Moçambique. Dados sobre a situação criminal no município de Inhambane: CPPRM, 2012.

MERCER, J. L. **Strategic planning for public managers**. Nova Iorque: Quórum Books, 1991.

MINTZBERG, Henry et al. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOÇAMBIQUE. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. Plano de estrutura urbano. Inhambane: CMCI, 2013.

_____. Assembleia da República. **Constituição da República de Moçambique**. Aprova a Constituição da República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

_____. Decreto n° 23/12 de 9 de julho, **Regulamenta os espetáculos e divertimentos públicos**. I Série – Número 27. Maputo: Imprensa Nacional, 2012.

_____. Decreto n° 44/2006 de 29 de novembro, **Regulamenta o mergulho amador**. Maputo: Imprensa Nacional, 2006.

_____. Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. Inventário dos Comitês de Gestão de Calamidades. Maputo: INGC, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Glossário de conceitos e termos: turismo e desenvolvimento local**. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT, 2004.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PICKTON, David W.; WRIGHT, Sheila. What's swot in strategic analysis? ***Strategic Chance***. Vol. 7. 1998, pp.101-109.

REISMAN, Laninie; LALÁ, Aly. **Avaliação do crime e violência em Moçambique e recomendações para a redução da violência**. Rosebank: OSISA, 2012.

RUSCHMANN, Doris V. M..**Turismo e planejamento sustentável: a proteção ao meio ambiente**. São Paulo: Campinas, 1997.

TARLOW, Peter. **A segurança nos cruzeiros turísticos**. In: AMORIM, Ericka et. al. (Org.). Abordagem multidisciplinar dos cruzeiros turísticos. Leiria: Textiverso, 2012.

TIAGO, Armindo. Turismo, Formação e Saúde. In. XIII Cerimônia de Abertura do ano letivo na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane – Aula de Sapiência, 13, 2014. **Áudio do evento**. Inhambane: ESHTI, 2014.

ZAVALE, Jonas B. **Municipalismo e poder local em Moçambique: estudo de caso do Conselho Municipal de Inhambane**. Maputo: Escolar Editora, 2011.

Recebido em Setembro de 2015

Publicado em Dezembro de 2015